

Ria Formosa: avanços positivos não apagam ameaça das demolições



> Vasco Cardoso*

Na última semana, no mesmo dia em que era conhecida a demissão de dois administradores da Sociedade Polis Ria Formosa, a Assembleia da República discutia e votava um projeto de resolução do PCP (bem como projectos de outras forças políticas) sobre as demolições nas ilhas-barreira da Ria Formosa. Se sobre as demissões na Pólis, podemos dizer que as mesmas só pecam por tardias, embora seja importante evidenciar que o Governo reafirmou (em nota do Ministério do Ambiente) o conjunto de orientações que tem tido nesta matéria, em relação às votações que tiveram lugar, elas são marcadas por elementos contraditórios: avanços no reconhecimento dos direitos históricos das populações das ilhas a par da rejeição do fim das demolições.

O PCP viu algumas das

suas propostas aprovadas pela Assembleia da República. Destaca-se a aprovação – com a oposição de PSD e CDS – das propostas para que o Governo reconheça o valor social, económico e cultural de todos os núcleos urbanos das ilhas-barreira – Culatra, Hangares, Farol e Praia de Faro – e proceda à sua requalificação e dos espaços balneares. Foram ainda aprovadas as propostas do PCP para que o Governo proceda à requalificação do sistema lagunar da Ria Formosa e apoie as atividades económicas aí desenvolvidas.

No entanto, foram rejeitadas todas as propostas visando a suspensão ou o fim do processo de demolições como propunha o PCP. O ponto n.º 1 do projeto de resolução do PCP, que tinha esse objectivo, foi chumbado pelos votos conjugados de PS, PSD, CDS e PAN.

O PSD e o CDS, tal como em anteriores votações realizadas na Assembleia da República, votaram contra, mostrando manter o seu objetivo de proceder às demolições e expulsar as comunidades locais deste espaço para, posteriormente, o entregar aos grandes interesses privados.

Quanto ao PS, em abril de 2015, antes das eleições legislativas, votou favoravelmente a proposta do PCP para parar as demolições que estavam a ser levadas a cabo pelo Governo PSD/CDS. Os seus dirigentes participavam então nas acções de protesto desenvolvidas pelas populações empunhando cartazes contra as demolições. Mas em fevereiro de 2016, já depois de ter formado Governo, o PS optou por uma abstenção, permitindo que PSD e CDS chumbassem a proposta do PCP de pôr fim às demolições. E agora, em outo-

bro de 2016, o PS optou por votar contra o fim das demolições, ao lado de PSD e CDS.

É hoje uma evidência que, sem prejuízo dos avanços já conseguidos, o fim das demolições não está garantido para o futuro. Não está porque, reconhecidamente, PSD, CDS e PS não assumem esse compromisso. Não está porque o Ministério do Ambiente e o Governo, apesar das demissões na Polis, reafirmaram a estratégia que tinha sido por esta prosseguida. Não está porque o conjunto de interesses económicos, que querem ver as populações locais afastadas da Ria Formosa para a poderem transformar numa fonte dos seus negócios, é poderoso e há muito que persegue este objectivo.

O que se exige, na Ria Formosa, são intervenções de requalificação do sistema lagunar, de proteção da orla

costeira contra processos de erosão, de apoio às atividades da pesca e do marisqueio, e, claro, de requalificação das zonas edificadas nas ilhas-barreira. Não são demolições! Não é a expulsão das comunidades locais!

Se há lição que se poderá retirar deste processo é que sem a luta das populações, sem as acções das associações de moradores, há muito que as demolições na Ria Formosa já tinham sido consumadas. É por isso de capital importância que os moradores, os pescadores, os marisqueiros e viveiristas e todos os que convergem na luta contra as demolições, não só exijam o cumprimento das decisões da Assembleia da República, como se mantenham alerta face às ameaças que continuam.

* Membro da Comissão Política do PCP

Não há escolas sem funcionários!

O SPZS/FENPROF desde a abertura do ano letivo que tem denunciado a grave situação de falta de assistentes operacionais, funcionários, que grassa na esmagadora maioria das escolas públicas. De norte a sul do país têm sido apresentados exemplos onde a falta dos trabalhadores não docentes coloca em causa a segurança nas escolas, a sua limpeza, o apoio a alunos e docentes, ou mesmo o encerramento de serviços, estranhamente considerados como não fundamentais, como a biblioteca escolar, reprografia, papelaria, entre outros. Em diversas escolas vamos assistindo à deterioração contínua das suas condições de funcionamento, facto que tem repercussões diretas na degradação do processo de ensino aprendizagem. Há escolas onde são os alunos que fazem a recolha do lixo das salas de aula, noutras a falta de assistentes operacionais tem provocado um aumento das situações de indisciplina e violência escolares.

A falta de assistentes operacionais nas escolas só não é ainda mais grave devido ao recurso a trabalhadores em regime de contrato de emprego e inserção (CEI). Tal como a FENPROF e os seus sindicatos

têm denunciado, esta é uma resposta muito precária às necessidades das escolas e uma enorme exploração do trabalho. Refira-se ainda que os conteúdos funcionais dos assistentes operacionais exigem um tempo de aprendizagem e conhecimento relativo às relações interpares, sobretudo com crianças e jovens, facto que não acontece com a maioria dos trabalhadores “CEI” que são colocados nas escolas sem a formação adequada. A falta de funcionários nas escolas não se resolve com o recurso a estes trabalhadores ou com a contratação de tarefeiros para algumas horas de limpeza. Urge contratar trabalhadores adequados à função pretendida e, conseqüentemente, abrir as vagas de quadro que correspondam às necessidades permanentes das escolas e agrupamentos. Às necessidades permanentes das escolas tem de corresponder a criação de postos de trabalho!

A FENPROF estima que faltam cerca de 6.000 assistentes operacionais nas escolas e a pressão que tem feito junto do Ministério da Educação foi determinante para que este autorizasse a contratação imediata de

300 trabalhadores para fazer face às necessidades mais urgentes. É certo que cumpre às autarquias assegurar a contratação dos assistentes operacionais para as escolas do ensino básico, e muitas estão imersas em morosos processos administrativos de entrevistas que se arrastam há semanas. Mas, o facto de o Governo ter transferido competências na área da Educação para as autarquias, não o desresponsabiliza de garantir a qualidade da Escola Pública, nomeadamente ao nível da adequação dos recursos humanos disponibilizados às escolas.

A falta de assistentes operacionais tem conduzido ao encerramento de escolas, como a FENPROF e o SPZS têm denunciado. No Algarve, a situação é particularmente mais grave no concelho de Tavira, tendo os assistentes operacionais, junto do seu sindicato (Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Sul e Regiões Autónomas), declarado uma semana de luta, entre os dias 7 a 11 de novembro.

O SPZS/FENPROF manifesta a sua inteira solidariedade com a luta dos assistentes operacionais dos agrupamen-

tos de escolas do concelho de Tavira, em nome do emprego com direitos e da excelência da Escola Pública, e associou-se à sua semana de luta. A defesa da Escola Pública é inseparável da defesa dos

seus profissionais e dos seus direitos laborais. Não há escolas sem funcionários, eles fazem falta e o seu trabalho tem de ser reconhecido e valorizado.

A Direção do SPZS



Sindicato dos Professores da Zona Sul

SPZS

PUB



CRES ALGARVE 2020



Consulte a lista dos Projetos Aprovados no âmbito do Programa Operacional CRES ALGARVE 2020 em

www.algarve2020.pt




UNIAO EUROPEIA

Fundos Europeus Estruturais e de Investimento